

INCLUSÃO EM FOCO: CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Geuma Myrian Santos Alves ¹
Camila Ferreira de Oliveira ²
Lilya Raquel Marinho e Silva ³
Priscilene Matias dos Santos ⁴
Adenize Queiroz de Farias ⁵

Resumo: Historicamente as pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas de aprendizagem foram excluídas dos diversos espaços sociais. Entretanto, atualmente, vivenciamos contextos sociais e culturais notadamente marcados por premissas que valorizam o respeito às diferenças e a diversidade. Este estudo tem como objetivo explicitar as contribuições da extensão universitária na formação acadêmica dos estudantes público-alvo da Educação Especial, bem como de seus respectivos apoiadores, no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES). A presente investigação se fará por meio dos relatos dos estudantes participantes da extensão, identificados a partir de um formulário online encaminhado por e-mail, o que nos trouxe informações relevantes acerca deste projeto. Observou-se que há inúmeras barreiras no âmbito do ensino superior, sendo as mais recorrentes a de cunho atitudinal e do acesso à tecnologia assistiva a qual é destacada como uma alternativa viável no sentido de ampliar as possibilidades de comunicação, como também de acesso aos conteúdos.

Palavras-chave: Ensino superior. Estudantes com deficiência. Extensão universitária.

INTRODUÇÃO

Por muitos séculos as pessoas com deficiência não puderam desfrutar do direito a uma vida digna, o que ocorreu em virtude de uma mentalidade corponormativa, a qual vislumbra um ideal, culturalmente construído de padrão corporal que privilegie, por exemplo, aspectos relacionados à estética e a beleza. Nesta lógica, as pessoas que fogem a estes padrões são concebidas como inferiores e incapacitadas.

Esta estrutura social gera inúmeros comportamentos discriminatórios e preconceituosos, os quais, no campo dos estudos sobre a deficiência, denominamos Capacitismo, termo recente, mas que vem em uma crescente nas pesquisas científicas brasileiras.

Diante desta conjuntura, o presente estudo cujo objeto trata das vivências ocorridas nas diversas oficinas e cursos promovidos pelo projeto INCLUSÃO EM FOCO, estudantes com deficiência e apoiadores na Universidade Federal da Paraíba, foi pensado com a

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), geuma.alves@academico.ufpb.br;

²Graduanda do Curso de Pedagogia da UFPB, ferreiraoc87@hotmail.com;

³Graduanda do Curso de Pedagogia da UFPB, lilyaraquel2000@gmail.com;

⁴Graduanda do Curso de Terapia Ocupacional da UFPB, priscilene.ms@gmail.com;

⁵Prof^a Orent^{te}: Dr^a, UFPB, adenize.queiroz@gmail.com.

finalidade de dar maior visibilidade às ações que propiciam a quebra de paradigmas capacitistas, que, por conseguinte, fortalecem o processo de empoderamento de estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas de aprendizagem.

Para tanto, a presente pesquisa objetiva explicitar as contribuições do referido projeto na formação acadêmica dos estudantes público-alvo da Educação Especial no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES).

Como recurso metodológico foi utilizado um questionário online com o propósito de identificar os maiores entraves experienciados pelos participantes da pesquisa durante o processo de sua formação acadêmica.

Para estruturar o presente trabalho, inicialmente apresentamos breves apontamentos acerca do processo de Inclusão de estudantes público-alvo da educação especial nas IES, seguindo-se de algumas discussões acerca do papel e da importância da tecnologia assistiva no decorrer deste percurso. Posteriormente, detalhamos o percurso metodológico e os resultados encontrados a partir da presente investigação, culminando com as considerações das autoras.

INCLUSÃO DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O processo de inclusão se caracteriza como um movimento presente nos âmbitos educacional, social e político, tendo como objetivo garantir a todos os indivíduos, indistintamente, a condição de cidadão consciente e atuante na sociedade ao qual pertence. Pensar em inclusão, implica ainda em assegurar a todas as pessoas o direito de serem respeitadas e aceitas, além do direito de desenvolverem suas habilidades e interesses mediante o acesso a uma educação de qualidade que leve em consideração suas necessidades e características específicas (FREIRE, 2008).

Nesse sentido, se faz necessário contextualizar o processo de inclusão do público-alvo da educação especial nas IES, tendo em vista uma conjuntura social capacitista e segregacionista, que provocou o silenciamento de tais pessoas, particularmente no âmbito educacional.

Embora este cenário excludente e discriminatório venha atravessando diversas gerações, observa-se, ainda hoje, que tais atitudes se apresentam como um obstáculo no processo de ensino e aprendizagem, impedindo certos indivíduos de terem contato com conhecimentos mais complexos, como também, desenvolverem suas capacidades/potencialidades.



Destacamos ainda, que é de suma importância a convivência com as diferenças, pois, a nosso ver, tais vivências corroboram para a construção de uma sociedade mais tolerante e compreensiva.

Apesar disso, nota-se uma grande resistência por parte da sociedade, no sentido de incluir as pessoas com deficiência nos mais diversos espaços formais e/ou informais. Pensando nisso, uma série de normativas, nacionais e internacionais, recomendam a adoção de medidas que possam garantir a presença da pessoa com deficiência nas IES, como é o caso da política de cotas, instituída pela Lei 13.409/2016 a qual funciona também como uma reparação das lacunas existentes no percurso educacional desses estudantes.

Outro marco importante foi a implementação da Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), ou ainda, como Estatuto da Pessoa com Deficiência, através da qual são asseguradas condições plenas de igualdade, além do exercício dos direitos essenciais. Considerando as inúmeras barreiras vivenciadas por estudantes público alvo da educação especial, não apenas durante sua permanência, mas também, durante a tentativa de ingresso no ensino superior, a referida lei, determina, em seu artigo 30 uma série de garantias visando tornar esse processo acessível, a saber:

- I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;
- II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;
- III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;
- IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;
- V - dilatação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;
- VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;
- VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras. (BRASIL, 2015)

Além das leis supracitadas, existem outros documentos orientadores que nos auxiliam a “promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas IFES” (BRASIL, 2013, p.13), como é o caso do “Programa Incluir: acessibilidade na educação superior” o qual foi idealizado pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), atualmente intitulada de Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP).

Este Programa objetiva nortear e auxiliar financeiramente as IES no tocante ao desenvolvimento de ações inclusivas e acessíveis direcionadas aos estudantes com deficiência

e/ou necessidades específicas de aprendizagem, tendo em vista a garantia da participação destes em igualdade de oportunidades com os demais.

Em consequência desses avanços, nota-se um considerável aumento no número de estudantes com deficiência ingressantes nas IES, o que a nosso ver é um indicativo de que as políticas supracitadas, constituem o primeiro passo rumo a garantia de condições plenas de permanência, participação e aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial com matrículas no ensino superior.

TECNOLOGIA ASSISTIVA E SUA IMPORTÂNCIA NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR

Apesar de ser considerado um conceito relativamente novo, e pouco disseminado nos diversos âmbitos da conjuntura social, significativas são as contribuições da Tecnologia Assistiva (TA) no cotidiano das pessoas com deficiência e/ou alguma necessidade específica, visto que, através de seus recursos e serviços, busca proporcionar a autonomia e viabilizar uma maior independência destas pessoas nos mais diversos meios sociais.

No Brasil, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), vinculado a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) define o conceito de Tecnologia Assistiva:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (CAT, 2009, p.26)

Sendo assim, podemos entender que, a tecnologia assistiva não se limita apenas a metodologias e recursos, funciona de forma interdisciplinar, passando pelas áreas da educação, saúde e políticas públicas, a fim de promover maior qualidade de vida, autonomia e independência da pessoa com deficiência na sociedade.

Galvão Filho (2013, p.16) destaca a importância de saber diferenciar Tecnologia Assistiva da Tecnologia Educacional.

O que define e caracteriza um recurso como sendo ou não um recurso de TA, não são apenas as características particulares do recurso (“o que”). Nem, tampouco, apenas as características do usuário (“para quem”). Porém, também, a finalidade para a qual se está utilizando o referido recurso (“para que”). [...] Penso, portanto, ser importante ter presentes todas essas três perguntas, na identificação e classificação de um recurso como sendo ou não um recurso de TA: O que? Para quem? E, também, Para que?

Bersch (2017, p.12) complementa:

Quando então a tecnologia pode ser considerada Assistiva no contexto educacional? Quando ela é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às



informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilitam a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente.

É possível perceber que, por vezes, há uma falta de conhecimento sobre o real significado do que seja a tecnologia assistiva, que na maioria das vezes é reduzida a apenas uma tecnologia de alta performance. Além disso, os autores realçam que, no âmbito educacional, faz-se necessário projetar qual a real necessidade do educando, para que se possa utilizar os recursos ou estratégias mais adequadas.

A classificação dos recursos de Tecnologia Assistiva é feita de acordo com a funcionalidade que cada recurso deverá ser utilizado. Para tanto, destacamos as categorias da Tecnologia Assistiva a seguir:

- **Auxílios para a vida diária e vida prática:** São produtos e materiais utilizados no dia a dia para auxiliar as pessoas que necessitam de auxílio para se alimentar, vestir, cozinhar, tomar banho. A exemplo dos talheres adaptados, roupas desenhadas para facilitar o vestir e o despir, suporte para utensílios domésticos, material escolar (engrossadores de lápis, aranha mola para fixação de caneta, pulseira imã estabilizadora, plano inclinado).
- **Comunicação Suplementar e Alternativa:** “Destinada a atender pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar, escrever e/ou compreender.” (BERSCH, 2017, p.6). Os recursos vão desde pranchas com palavras escritas, letras impressas ou simbologias gráficas (BLISS, PCS) que auxiliam o usuário da CSA a expressar sentimentos, desejos e entendimentos, até a alta tecnologia dos vocalizadores, softwares do tipo Boardmaker, que funciona através do movimento ocular e a mensagem é enviada ao piscar, instalados em tablets.
- **Recursos de Acessibilidade ao computador:** são hardwares e softwares especialmente desenvolvidos para tornar o computador mais acessível para as pessoas com privações motoras, sensoriais e intelectuais. Podemos citar vários exemplos, como: mouses especiais, teclados adaptados, softwares de reconhecimento de voz, órteses e ponteiras para digitação, entre outros. Além desses, também há softwares leitores de tela, softwares que ampliam o tamanho das informações, softwares leitores de texto impresso, impressora braile, etc.
- **Projetos arquitetônicos e sistemas de controle ambiente:** os projetos arquitetônicos e urbanísticos devem proporcionar funcionalidade, mobilidade e acesso para todos, independente de sua condição sensorial. Para isso, adaptações em construções, barras de apoio e rampas de acesso são algumas possibilidades para quebra das barreiras arquitetônicas.

Já o sistema de controle ambiente funciona através de um controle remoto, que pode ser utilizado em uma residência adaptada, para ligar e desligar aparelhos eletroeletrônicos, abertura e fechamento de portas e janelas, fazer e receber chamadas telefônicas além de poder acionar sistemas de segurança. O controle pode ser acionado de maneira direta ou indiretamente, através de acionadores que podem estar localizados ao longo do corpo da pessoa que o utiliza.

- **Órteses e próteses:** As próteses são peças artificiais utilizadas para substituir algum membro que esteja faltando, já as órteses são confeccionadas sob medida para auxiliar na mobilidade, em algumas funções motoras (como escrever, digitar e manuseio de objetos) entre outros.
- **Auxílio de mobilidade e Adequação postural:** Objetos como bengalas, muletas, andadores, cadeiras de rodas manuais ou elétricas e carrinhos são exemplos de auxílio de mobilidade. Os projetos de adequação postural visam beneficiar as pessoas que usam cadeira de rodas. Encostos e assentos são exemplos de recursos que podem ser utilizados para proporcionar uma postura que favoreça o bem estar do cadeirante.

Além dos recursos supracitados, há alguns outros específicos que auxiliam na ampliação das funções visuais e auditivas. A exemplo de Auxílios ópticos, lentes, lupas, aplicativos e softwares como TalkBack, Voice Over, Be My Eyes, os quais são recursos que auxiliam na ampliação das funções visuais. Aparelhos auditivos, softwares que favorecem a comunicação transformando mensagem de voz em texto digitado e em texto a mensagem falada, sistema de legendas, avatares LIBRAS, entre outros, são utilizados para traduzir conteúdos de áudio, texto e língua de sinais.

Muito se tem estudado sobre TA a fim de ampliar os recursos e serviços já existentes, que auxiliam a pessoa com deficiência para uma melhor qualidade de vida, e também buscando aumentar o número de pessoas que têm acesso a tais meios.

Uma das maneiras para que os recursos da TA possam chegar ao maior número de pessoas que dela necessitem, é reduzindo os impostos, tendo em vista que a maioria destes recursos são importados, tornando-se de alto custo, e, por isso, inacessíveis à maior parcela da população. Dessa forma, também faz-se necessário que os gestores invistam em pesquisas, fabricação e compra de recursos de Tecnologia Assistiva em âmbito nacional para que esses possam chegar, de maneira mais abrangente e barata, até ao público-alvo.

PERCURSO METODOLÓGICO



A presente pesquisa, a qual está sendo desenvolvida por extensionistas do Projeto de Extensão intitulado “Inclusão em Foco: estudantes com deficiência e apoiadores na Universidade Federal da Paraíba”, tem como lócus a UFPB.

Além disso, vale destacar inicialmente, que trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa a qual “combina os métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos e tem por objetivo generalizar os resultados qualitativos, ou aprofundar a compreensão dos resultados quantitativos, ou corroborar os resultados (qualitativos ou quantitativos).” (GALVÃO; PLUYE; RICARTE, 2017, p.8)

Com base neste tipo de pesquisa, utilizamos como instrumento de coleta de dados o Google Forms, o qual é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas online lançado pela empresa Google. Os pesquisadores podem utilizá-lo para aplicação de questionário, a fim de coletar informações a respeito de seu objeto de estudo, bem como, por vezes, auxiliar no processo de tabulação de dados.

Diante da pandemia ocasionada pela Covid-19, tal instrumento vem sendo utilizado com frequência com o intuito de contribuir para a biossegurança tanto dos pesquisadores quanto dos pesquisados neste processo.

O formulário foi constituído por questões que tinham por objetivo traçar um perfil sociodemográfico, identificar as barreiras enfrentadas e a relevância do projeto na jornada acadêmica e profissional dos estudantes público-alvo do projeto de extensão anteriormente mencionado, ou seja, estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas de aprendizagem, alunos apoiadores e demais interessados pela temática da inclusão e acessibilidade no ensino superior, eixo temático discutido nos encontros realizados pelo projeto. Entretanto, para esta pesquisa, utilizamos apenas o retorno dos estudantes com deficiência dos quais 10 responderam a pesquisa.

Após a coleta dos dados, o próprio Google Forms realizou a tabulação dos dados transformando-os em Gráficos, como pode ser observado na próxima seção. Em seguida realizamos uma análise dos resultados à luz dos Estudos da Deficiência.

A partir da realização desta investigação esperamos contribuir a fim de que, não apenas a UFPB, mas também as diversas universidades envolvidas nesta extensão identifiquem as barreiras que comprometem a inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiências e/ou necessidades específicas, e assim possam adotar medidas que fortaleçam esta política que, como já vimos, se trata de uma garantia constitucional.

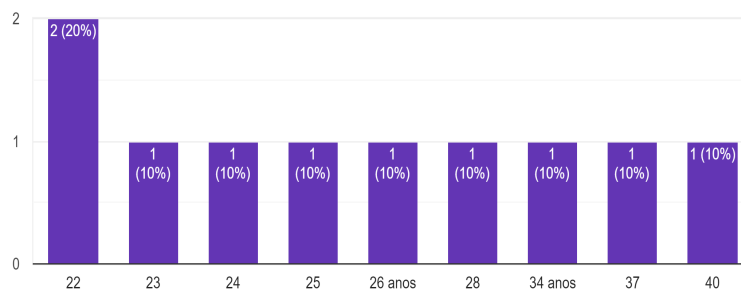
A seguir apresentamos dados que, à luz dos estudos que articulam educação inclusiva e ensino superior, nos permitem visualizar desde o perfil até as barreiras experienciadas no decorrer do percurso acadêmico dos participantes desta investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o propósito de caracterizar o perfil do público-alvo alcançado por esta pesquisa, realizamos alguns questionamentos que pudessem explicitar as especificidades de cada sujeito, como a idade, o estado onde reside, grau de escolaridade e o tipo de deficiência e/ou necessidade específica de aprendizagem, totalizando ao final 10 respostas.

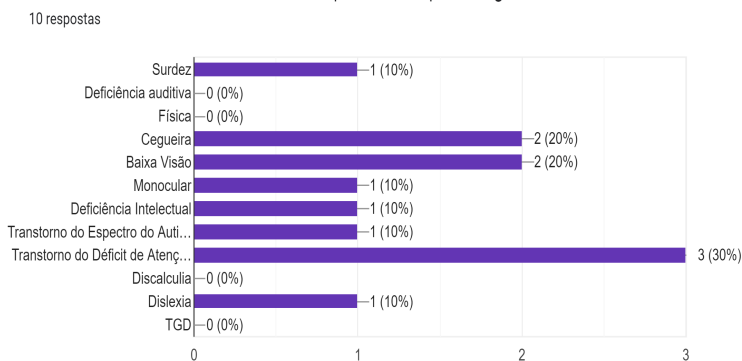
A seguir, gráficos que demonstram estes dados:

Idade
10 respostas



Como nos revelam os gráficos, a maior incidência deste público no ensino superior parece variar entre 22 e 30 anos de idade, o que, a nosso ver, evidencia certa desigualdade, se comparado aos estudantes sem deficiência (Brasil, 2020).

Qual a sua deficiência ou necessidade específica de aprendizagem?
10 respostas



Como demonstrado no gráfico, o grupo contemplado pela pesquisa é diversificado, pois abrange pessoas de diversas faixas etárias, deficiências e localidades, o que a nosso ver demonstra a amplitude do projeto de extensão, que, além dos discentes da UFPB, também alcançou estudantes de outras IES que, por vezes, experienciam as

mesmas dificuldades.

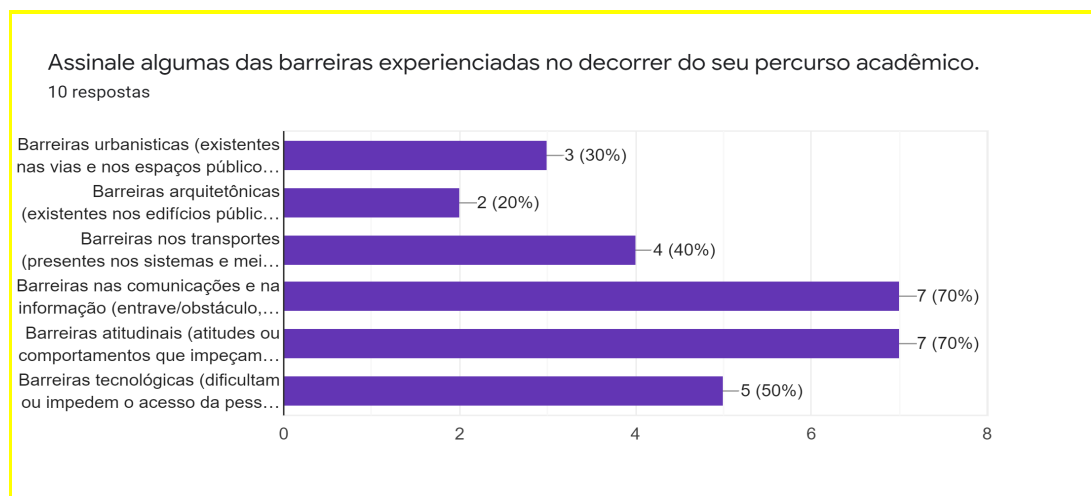
Uma vez visualizado este perfil, e ainda, a fim de organizar os dados coletados na presente pesquisa, optamos por analisá-los a partir de 2 eixos norteadores, a saber: Barreiras e Tecnologia Assistiva, elementos destacados pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) cujo olhar

nos possibilita uma visão mais ampla acerca do processo de inclusão destes estudantes, seja na educação básica, seja no ensino superior.

A partir do Art. 3º da LBI podemos entender as barreiras como “[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...]”.

Neste ínterim, destacamos que há inúmeras barreiras que impedem o processo de inclusão e acessibilidade dos estudantes público-alvo da educação especial. Farias (2019) salienta que, apesar dos significativos avanços ocorridos no ambiente universitário, tanto do ponto de vista intelectual quanto no tocante aos aspectos tecnológicos, o capacitismo ainda deixa suas marcas, através de crenças equivocadas sobre a incapacidade da pessoa com deficiência.

Cientes de tal questão, buscamos identificar quais barreiras se apresentam com maior frequência no decorrer do percurso acadêmico.



O gráfico acima explicita que todos os participantes já vivenciaram algum tipo de barreira no seu percurso acadêmico, sendo recorrentes as de cunho, atitudinal assim como constatado nos estudos de Ribeiro e Gomes (2017) e do acesso aos recursos de tecnologia assistiva como destacado na pesquisa realizada por Santana e Rocha (2021).

Aprofundando o conceito de tecnologia assistiva apresentado anteriormente, a LBI em seu art. 2º a define como:

VIII - [...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social [...].



A esse respeito, destacamos o relato de um participante da pesquisa, a qual é pessoa cega que, por meio do projeto descobre novas possibilidades de acesso através da tecnologia assistiva

Foi muito motivador ver uma pessoa totalmente cega fazendo uma apresentação ótima e usando ferramentas que eu ainda não aprendi usar (A1, 2021)

A partir desta fala podemos afirmar que, no caso das pessoas com deficiência, o fato de se sentirem representadas é relevante. Daí ampliam-se as possibilidades de que elas próprias passem a atuar como agente motivador no processo de ensino e aprendizagem dos indivíduos, principalmente aqueles que, por vezes, experienciam estados de invisibilidade no decorrer de toda a sua vida.

Pelo exposto podemos perceber que o projeto de extensão INCLUSÃO EM FOCO colaborou numa maximização das potencialidades de seus participantes, sejam discentes com deficiência ou seus apoiadores, por meio da aquisição de sentimentos de autonomia e capacidade, condições determinantes no processo de empoderamento.

Destacamos ainda, que além desta experiência, houveram inúmeras outras que oportunizam o acesso a novos mecanismos de tecnologia assistiva, os quais, de alguma forma corroboraram no desenvolvimento acadêmico, e, por conseguinte, profissional dos extensionistas, como podemos destacar na fala a seguir:

O uso dessas tecnologias, me permitiram melhorar meus processos formativos, além de possibilitar vivências e experiências novas como a realização deste curso. (A3, 2021)

Entretanto, podemos concluir que apesar da tecnologia assistiva se apresentar como de extrema importância no âmbito da vida acadêmica, profissional e social da pessoa com deficiência, a mesma é pouco difundida tanto do ponto de vista conceitual, quanto metodológico. Tanto é assim que, mesmo cursando o ensino superior, grande parte dos estudantes com deficiência não dominam e, em alguns casos, sequer conhecem uma série de ferramentas de alta tecnologia, o que resulta em prejuízos no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

Por fim, ressaltamos a necessidade da realização de projetos que disseminem e incentivem a autonomia do público-alvo da educação especial por meio de ações que venham contribuir no processo de empoderamento e na aquisição de novos conhecimentos a respeito da tecnologia assistiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



No Brasil, são inúmeras e significativas as contribuições da extensão universitária no enfrentamento de uma série de desafios que, seja no contexto acadêmico, seja nas realidades mais diversas, afetam a vida humana e as relações sociais. É o caso dos estudantes com deficiência, cujo percurso acadêmico é notadamente marcado por um conjunto de barreiras de ordem estrutural e atitudinal, as quais reduzem drasticamente suas chances de participação no ambiente universitário.

Vinculados a um programa criado com a finalidade de eliminar tais barreiras, seus apoiadores, por sua vez, geralmente afirmam estar despreparados para oferecer o suporte e a acessibilidade tão necessárias a estudantes com deficiência e/ou de necessidades específicas.

A partir destas inquietações, o projeto Inclusão em Foco foi pensado com o propósito de contribuir com a formação dos discentes apoiadores, oferecendo-lhes elementos teóricos e conteúdos práticos que viessem auxiliá-los no relacionamento e na aprendizagem de seus apoiados.

Os achados do estudo reafirmam a importância deste, e de outros projetos de natureza similar, não apenas no tocante à formação, mas também em relação à troca de experiências entre estudantes e docentes com e sem deficiência. Os relatos de estudantes com deficiência, público-alvo deste estudo, também participantes dos encontros de extensão, denunciam a multiplicidade de barreiras presentes no ambiente universitário, as quais incidem diretamente nas condições e nos prazos para a conclusão do curso, e até mesmo no processo de permanência destes na academia.

A tecnologia assistiva é destacada como uma alternativa viável no sentido de ampliar as possibilidades de comunicação, como também de acesso aos conteúdos, o que demanda a implementação de uma série de medidas, a fim de disseminar e capacitar discentes e servidores com vistas ao uso eficaz das ferramentas de acessibilidade ora disponíveis.

Ademais, considerando que os/as autores/as do estudo também estão imersos no campo investigativo, espera-se, em primeiro lugar, que esta ação de extensão contribua para que haja maior estímulo e maior segurança por parte dos estudantes que atuam como apoiadores.

Espera-se, finalmente, que as reflexões aqui suscitadas despertem, na gestão universitária e na comunidade acadêmica em geral, uma maior visibilidade em relação às necessidades e às potencialidades dos estudantes com deficiência e necessidades específicas, contribuindo, dessa forma, para a construção de ambientes mais acolhedores e inclusivos.

REFERÊNCIAS

- BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Assistiva – Tecnologia e Educação, 2017. Porto Alegre, RS. Disponível em:
https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em 28 Mai. 2021.
- BORGES, José Antonio dos Santos; DIAS, Angélica Fonseca da Silva; OLIVEIRA, Juliana Coutinho. Deficiências e Tecnologia Assistiva: Conceitos e aplicações. In: SANTOS, Edméa O.; PIMENTEL, Mariano; SAMPAIO, Fábio F. (Org.). **Informática na Educação: autoria, linguagens, multiletramentos e inclusão**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. (Série Informática na Educação CEIE-SBC, v.2) Disponível em:
<https://ieducacao.ceie-br.org/tecnologiaassistiva>. Acesso em 03 jun. 2021.
- BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. – Brasília: CORDE, 2009. 138 p. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/livro-tecnologia-assistiva_CAT.pdf. Acesso em 04 jun. 2021.
- BRASIL, 2015, Lei nº 13.146, 6 de Julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão** da Pessoa com Deficiência. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 18 Jul. 2021.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior. Secadi/Sesu-2013**. Brasília/DF, 2013. Disponível em: <http://portal/mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 10 julho de 2021.
- DANTAS, Taísa Caldas. Experiência de pessoas com deficiência no ensino superior: um olhar sobre a vivência de empoderamento e autoadvocacia. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 62, p. 525-538, 2018.
- FARIAS, Adenize Queiroz de. Deficiência, docência e ensino superior: A trajetória acadêmica de uma professora cega. **Revista Educação Inclusiva**, Campina Grande, PB, v 3, n 2, p. 57-65, 2019. Disponível em
<http://revista.uepb.edu.br/index.php/REIN/article/view/5321/3119>. Acesso em: 27 Ago. 2021.
- FREIRE, Sofia; **Um olhar sobre a inclusão**; Revista da Educação, Vol. XVI, n. 1, 2008.
- GALVÃO FILHO, T. A. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. In: **Revista da FAGED - Entre ideias: Educação, Cultura e Sociedade**, Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - FAGED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013. Disponível em:
http://www.galvaofilho.net/TA_desafios.htm. Acesso em 06 Jun. 2021.
- GALVÃO, M. C. B.; PLUYE, P.; RICARTE, I. L. M. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 4-24, 2017. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v8i2p4-24. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/121879>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- KASTRUP, Virgínia; POZZANA, Laura; **Encontros com a deficiência na Universidade: deslocando o capacitismo em oficinas de formação inventiva**; Mnemosine, v.16, nº1, p.33 – 52; Rio de Janeiro, 2020.
- RIBEIRO, Disneylândia Maria; GOMES, Alfredo Macedo. Barreiras atitudinais sob a ótica de estudantes com deficiência no ensino superior. **Práxis Educacional**, v. 13, n. 24, p. 13-31, 2017.
- SANTANA, Marcelo Porte de; ROCHA, José Damião Trindade. **Barreiras tecnológicas: um fator limitador na acessibilidade das pessoas com deficiência**. Texto Livre, v. 14, n. 3, p. e32563-e32563, 2021.